

AS DISPARIDADES REGIONAIS EM PORTUGAL: UMA SUGESTÃO A PARTIR DE ÍNDICES SINTÉTICOS

*Paulo Reis Mourão***

Resumo

O espaço regional português não é uma realidade homogénea. Compreender as diferenças das regiões é um passo essencial para esbater o que as afasta e aproveitar as potencialidades de cada uma. Nesse sentido, tem vindo a ser desenvolvido um esforço de definição de índices e indicadores como os que são apresentados. Ainda que, numa amostra estudada, confirmem a convergência em domínios sócio-económicos relevantes, os valores de alguns índices em particular revelam movimentos divergentes. Alguns desses valores que merecem reflexões mais aprofundadas identificam-se com os referentes às áreas estritamente económicas, como o são o perfil produtivo e a distribuição dos rendimentos. A partir dos índices de base, é oferecida uma gama mais extensa de indicadores compósitos que permitem sintetizar a realidade sócio-económica das NUT III do país.

Palavras-chave: Indicadores Regionais; Índices Sintéticos; Medidas de convergência.

Abstract

REGIONAL DISPARITIES IN PORTUGAL: A SUGGESTION FROM SYNTHETIC INDEXES - The Portuguese regional space is not a homogeneous reality. So, this work tries to give an attempt for understanding the differences among Portuguese regions. In this sense, some social and economic indicators are used. Some of these indicators show a convergent pattern in socio-economic areas but the values obtained from other indexes (like those associated to strictly economic realities) reveal a divergent sense. From an extensive range of basic indexes, it is offered a set of composite indicators, which allow to synthesize the characterization of Portuguese

** Docente do Departamento de Economia da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho e Investigador do Núcleo de Investigação em Política Económica, no projecto "Construção de indicadores regionais" (contacto: paulom@eeg.uminho.pt)

Regions, for the last 30 years.

Keywords: Regional indicators; Synthetic indexes; Measures of convergence

JEL Codes: R00; R11; R12

1 INTRODUÇÃO

O recurso a indicadores, em sentido lato, não é só um momento de uma etapa da investigação. Os indicadores são construções que procuram reflectir uma realidade. Construções mais simplificadas do que a complexidade observada mas que, em diversos casos, compreendidas as devidas limitações, são poderosos reflectores dos fenómenos percebidos. Construções que, no domínio da Economia, cada vez mais, se assumem como incontornáveis na delineação de propostas de Política Económica, mesmo que desagregadas às escalas regionais e locais.

O presente documento pretende oferecer uma leitura crítica do actual espectro regional em Portugal, representado por quinze NUT III, bem como acusar os diferentes movimentos verificados numa bateria de índices sintéticos que observa o conjunto espacial apresentado ao longo das últimas três décadas.

A partir de índices sintéticos publicados anteriormente, será possível denotar, com construções alternativas, os esforços de convergência nos diversos aspectos da vida económica e social das populações (nomeadamente, Educação, Longevidade, Conforto, Produtividade e distribuição do Rendimento).

Assim, este trabalho encontra-se estruturado iniciando por sugerir a importância comparativa de indicadores e de índices de composição (como os sintéticos revelados). Serão depois descritas as realidades expostas pela apreciação crítica dos valores emitidos por uma bateria de dados apresentados relativos ao painel estudado, avançando para o cruzamento da informação desses índices. Finaliza por elaborar uma observação da dinâmica alcançada desde 1970 na área em foco.

2 RESENHA HISTÓRICA DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO EM PORTUGAL

Vivemos num mundo que, gradualmente, exige respostas cada vez mais complexas. Domínios como aquele que pretendemos abordar – as disparidades de desenvolvimento, captadas pela leitura crítica de uma bateria de índices sintéticos – são disso exemplo elucidativo. Os propósitos de desenvolvimento conjugado a diversas amplitudes territoriais (países, regiões, municípios, por exemplo) necessitam do acompanha-

mento permanente dos esforços concretizados pela apresentação sistemática de indicadores e de índices que, naturalmente dentro das próprias limitações, oferecerão um esboço do percurso percorrido. Não raras vezes este esforço da publicitação de indicadores tem permitido a detecção de objectivos desviados, etapas afastadas ou hipóteses de projecto indevidamente compreendidas. No entanto, também funcionam como elementos preciosos na actual configuração democrática de diversos Estados, expondo o desempenho dos promotores (públicos e privados) à apreciação generalizada, envolvendo esforços de colectividades em fins convergidos e funcionando enquanto momentos de discussão úteis à conveniente obtenção das etapas últimas. Autores ligados à Economia da Informação, como Chernew *et al.* (2001), Geraats (2001), e Svensson *et Woodford* (2001), em trabalhos recentes, têm alertado para esse alcance dos indicadores económicos e sociais.

Dentro da extensa gama de indicadores possibilitados que abrangem diversas áreas de intervenção (a Economia, o Social, a Saúde, a Educação, como citação do vasto conjunto), as organizações produtoras de informação acessível a públicos alargados, têm dado importância crescente a índices sintéticos que procuram evidenciar o painel conjunto de determinada realidade. Apesar de incontornável nos esforços de Desenvolvimento, o aspecto económico não é, só por si, suficiente para caracterizar um país, uma região ou tão simplesmente uma família ou uma empresa. Outras dimensões, como, por exemplo, o ambiente institucional caracterizador, os aspectos de integração social, os padrões de conforto alcançado ou o nível de vida evidenciado ajudarão, sem dúvida, a melhor compreendermos esse país, essa região, essa família ou essa empresa. Neste sentido, como exemplo recursivo de uma tentativa de avaliar o nível de Desenvolvimento, surge-nos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da responsabilidade do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com a possibilidade de uma actualização anual deste indicador, emitido desde 1990. A sugestão maioritária reconhece o Nobel da Economia Amartya Sen como o autor da primeira tentativa de elaboração do IDH que, desde então, contando com a colaboração de Sudhir Anand (em 1994, 1995 e 1997), e as revisões críticas de Bardhan *et Klasen* (1999), Clermont *et al.* (1995) ou, só para citar as mais prementes, Andrew Harvey (1995), permitiu avanços metodológicos que aproximam os valores apresentados da realidade observada nos 173 Estados reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Aproveitando a definição presente no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2002, subordinado à temática “*Aprofundar a democracia num mundo fragmentado*”, o Índice de desenvolvimento humano (IDH) é uma medida resumo simples de três dimensões do conceito de desenvolvimento humano: *viver uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um padrão de vida digno (...). Assim, combina indicadores da esperança de vida, escolarização, alfabetização e rendimento, para permitir uma visão mais alargada do desenvolvimento dum país do que usando apenas o rendimento, que, frequentemente, é equiparado ao bem-estar. Desde a criação do IDH, em 1990, foram desenvolvidos*

três índices complementares para realçar aspectos particulares do desenvolvimento humano: o índice de pobreza humana (IPH), o índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) e a medida de participação segundo o género (MPG)¹.

Baseado na simplicidade de cálculo², depressa o IDH conquistou adeptos e críticos que não hesitaram em aplicar a metodologia em espaços inferiores à unidade estatal.

Em Portugal, no biénio de 1997-1998, Custódio Cónim apresenta na série de "Estudos sobre a Economia", da Direcção de Prospectiva e Planeamento (DPP), o trabalho "*Desenvolvimento Humano. Uma Perspectiva de Sistematização. Aspectos Metodológicos*", que, usando a fórmula de cálculo do IDH, oferece três índices sintéticos caracterizadores das NUT II e III, bem como dos municípios do território português. Mais tarde, aos iniciais Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice Composto de Desenvolvimento Humano (ICDH) e Índice de Desenvolvimento Social (IDS), em estudos datados de 1999 e de 2002, surgiria em alternativa o Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES), todos baseados na ponderação aritmética de Índices sectoriais: Índice de Longevidade (IEV), Índice de Educação (IEDU), Índice de Conforto (IC), Índice do Rendimento Ajustado (IRA) segundo os critérios da ONU, e Índice do Produto Interno Bruto (IPIB).

Igualmente notório da importância atribuída pelos decisores públicos a um conhecimento dos diferenciais de desenvolvimento no território é o facto que, ao abrigo da Lei das Finanças Locais (LFL)³, no art. 14º e em Anexo do diploma, fazer-se referência ao Índice de Desenvolvimento Social (IDS), cujo cálculo apresentamos no devido anexo deste trabalho, e que, desde então, se encontra correlacionado com a afectação, inscrita tradicionalmente no Anexo X do Orçamento anual do Estado Português, das verbas destinadas ao Fundo de Coesão Municipal. Frisamos, no entanto, que este Índice de Desenvolvimento Social é uma média ponderada de três índices: o Índice de Esperança de Vida à Nascimento, o Índice de Nível Educacional e o Índice de Conforto e Saneamento.

3 A ACTUALIDADE DOS ÍNDICES SINTÉTICOS

Baseados no estudo de Custódio Cónim (1999), reconhecemos a grande diversidade de desempenhos actuais (refentes os valores a 1999) das 15 NUT III⁴ que têm sido

¹ Relatório do Desenvolvimento Humano (2002); *Aprofundar a democracia num mundo fragmentado*; retirado de <http://www.undp.org.br/>; p. 34

² Ver Nota sobre a Metodologia do cálculo dos Índices, em Anexo

³ Lei nº 42/98, posteriormente alterada pelos diplomas Declaração de Rectificação n.º 13/98, de 25 de Agosto de 1998; Artigo 59º da Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro; Artigo 28º da Lei n.º 3-B/2000, de 4 de Abril; Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho e Decreto-Lei n.º 94/2001 de 20 de Agosto.

⁴ Nomeadamente, por ordem alfabética, Alentejo Central, Algarve, Ave, Baixo Mondego, Baixo Vouga, Cávado, Cova da Beira, Dão-Lafões, Entre Douro e Vouga, Grande Lisboa, Grande Porto, Minho-Lima, Península de Setúbal, Pinhal Litoral, Tâmega.

focadas nos trabalhos⁵ antecedentes ao presente, realizados no Núcleo de Investigação em Política Económica (NIPE) da Escola de Economia e Gestão (EEG) da Universidade do Minho.

Analisaremos, agora, sucintamente, cada um dos índices sectoriais oferecidos (Educação, Longevidade, Conforto, Rendimento Ajustado, e PIB), realçando o comportamento das NUT III Cávado, Ave e Minho-Lima, em confronto com o Continente e com o restante conjunto em foco. Apelamos, no sentido de uma compreensão integral da metodologia de construção dos índices, a uma leitura adicional do respectivo capítulo anexo no final deste trabalho.

Educação

Neste índice é observada a desigualdade em termos da percentagem da população com 15 e mais anos que sabe ler e escrever.

Portugal Continental apresenta o valor de 0,922 para valores actualizados a 1999, tendo a média das 15 NUT III o valor de 0,917.

O valor máximo é sustentado pelo Grande Porto (0,966) e o mínimo pela NUT Alentejo Central (0,839).

As NUT Cávado (0,938) e Ave (0,937) apresentam valores superiores aos de Portugal Continental. No entanto, o Minho-Lima, com 0,899, não atinge o patamar do país.

Longevidade

O Índice de Longevidade pretende ponderar a Esperança de Vida à Nascimento.

O país, enquanto território continental, evidencia, para este índice, o valor de 0,853, sendo a média das NUT III em análise de 0,854. De realçar que, em 1999, dos 5 índices sectoriais, o índice de Longevidade é aquele que apresenta a menor medida de dispersão (desvio-padrão de 1%) da área focada.

A NUT Dão-Lafões é aquela que manifesta o valor máximo de longevidade (0,866); no extremo oposto, o Cávado, com 0,837, é a área onde a Esperança de Vida à Nascimento apresenta os menores números.

Também o Minho-Lima e o Ave, com respectivamente 0,849 e 0,842, são NUT III com o índice de Longevidade inferior ao país.

⁵ Consultar, por exemplo, Cabral *et al* (2002).

Conforto

Com este índice, visa-se avaliar a média aritmética da população que pode desfrutar de água canalizada, energia eléctrica e instalações sanitárias.

O Continente assume o valor de 0,952 e o conjunto das 15 NUT III a média de 0,948 (a mais elevada dos índices sectoriais apresentados).

O valor máximo pertence à Grande Lisboa com 0,983 e o mínimo ao Dão-Lafões com 0,899.

As NUT do Cávado, do Minho-Lima e do Ave, com valores próximos entre si (respectivamente, 0,950, 0,946 e 0,948) localizam-se nas proximidades do valor de Portugal Continental, sem, no entanto o ultrapassarem.

Rendimento Ajustado

Socorrendo-se do proposto pela ONU, (valores máximos e mínimos do PIB real «per capita» em paridades de Poder de Compra – PIB real ppc - para 1999, respectivamente, 40000 dólares norte-americanos, USD, e 100 USD), o Índice de Rendimento Ajustado sugere-nos as diferenças ocorridas na distribuição interna de rendimentos reais, no pressuposto de equivalência entre o PIB real ppc e o Rendimento Real.

Portugal Continental assume um valor de 0,894, para o ano de 1999, sendo a média das NUT em análise igual a 0,875.

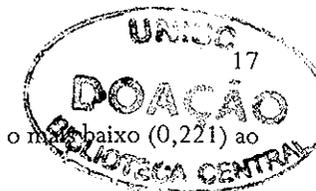
A região com o referente mais elevado deste índice (0,949) é a da Grande Lisboa, sendo, por seu turno, a do Tâmega, aquela que exhibe o valor mínimo (0,823).

A NUT III Cávado detém o valor de 0,860, o Minho-Lima possui como indicativo do índice o valor de 0,848 e o Ave apresenta, neste caso, 0,873, valores menores que o do conjunto nacional.

Produto Interno Bruto (PIB)

A apreciação deste índice pode parecer redundante à anterior, *a priori*. No entanto, o Índice do PIB será calculado tendo por base valores ajustados à realidade dos municípios portugueses, cujo valor máximo considerado do PIB real ppc foi, respectivamente, 3097 USD.

Portugal Continental apresenta um Índice do PIB, em 1999, de 0,466, e a média das 15 NUT III (a média mais baixa dos 5 índices em vista) oferece o valor de 0,400. No entanto, extremamente revelador da grande disparidade que se regista no nosso país em termos deste indicador, encontramos aqui o desvio-padrão mais elevado da amostra, com um valor de, aproximadamente, 14,2%.



O índice mais alto (0,831) pertence à Grande Lisboa e o mais baixo (0,221) ao Tâmega.

O Cávado (0,327), o Minho-Lima (0,287) e o Ave (0,374) apresentam, notoriamente, valores inferiores ao país.

A Tabela 1 sintetiza a informação comentada.

Tabela 1 - Índices Sectoriais em 1999

	IEDU	IEV	IC	IRA(ONU)	IPIB
PORTUGAL CONTINENTAL	0,922	0,853	0,952	0,894	0,466
Alentejo Central	0,839	0,865	0,939	0,866	0,346
Algarve	0,909	0,854	0,943	0,892	0,457
Ave	0,937	0,842	0,948	0,873	0,374
Baixo Mondego	0,920	0,865	0,956	0,883	0,414
Baixo Vouga	0,939	0,861	0,948	0,887	0,431
Cávado	0,938	0,837	0,950	0,860	0,327
Cova da Beira	0,850	0,841	0,936	0,859	0,322
Dão-Lafões	0,886	0,866	0,899	0,844	0,274
Entre Douro e Vouga	0,943	0,848	0,948	0,875	0,380
Grande Lisboa	0,964	0,854	0,983	0,949	0,831
Grande Porto	0,966	0,848	0,965	0,904	0,519
Minho-Lima	0,899	0,849	0,946	0,848	0,287
Península de Setúbal	0,947	0,865	0,981	0,878	0,392
Pinhal Litoral	0,903	0,865	0,972	0,884	0,419
Tâmega	0,916	0,853	0,907	0,823	0,221
MÉDIA AMOSTRAL (NUT III)	0,917	0,854	0,948	0,875	0,400
Desvio-Padrão Amostral (NUT III)	0,037	0,010	0,023	0,029	0,142

Legenda: IEDU- Índice de Educação; IEV- Índice de Longevidade; IC- Índice de Conforto; IRA(ONU)- Índice de Rendimento Ajustado; IPIB- Índice do Produto Interno Bruto

Fonte: CÓNIM, C. (2002; p.67-79); cálculos do autor

Observaremos, agora, a informação possibilitada pelos três índices sintéticos (IDH: Índice de Desenvolvimento Humano; IDES: Índice de Desenvolvimento Económico e Social; IDS: Índice de Desenvolvimento Social) sugeridos por C. Cónim (1999).

Desenvolvimento Humano

Com o IDH, vai-se procurar medir o alcance conjunto de 4 índices anteriormente nomeados (Educação, Longevidade, Conforto e Rendimento Ajustado).

Para 1999, Portugal Continental apresenta o valor de 0,905 e as 15 NUT III em análise têm 0,899 como média dos valores do IDH.

O valor mais elevado é assumido pela Grande Lisboa (0,938) e o menor pela Cova da Beira (0,871).

O Cávado (0,897) e o Ave (0,900) localizam-se numa vizinhança muito próxima do valor continental, apesar da NUT III do Minho-Lima (0,886) situar-se abaixo deste limite.

Desenvolvimento Económico e Social

O IDES substitui na anterior média aritmética do IDH o índice de Rendimento Ajustado (IRA) pelo Índice do PIB (IPIB).

Assim, Portugal Continental, em 1999, toma o valor de 0,798 e a média das NUT especialmente focadas neste trabalho é de 0,780.

O IDES melhor sucedido pertence à NUT Grande Lisboa (0,908) e o menor valor é referente ao Tâmega (0,724).

As NUT do Cávado (0,763), do Minho-Lima (0,745) e do Ave (0,775), próximas entre si, não atingem a fronteira do valor para Portugal Continental.

Desenvolvimento Social

Com o IDS, procura-se auscultar o nível de vida integrado das populações, na consideração unicamente de três índices (Educação, Longevidade e Conforto) ponderados aritmeticamente.

Portugal, no conjunto continental, exibe um IDS, em 1999, de 0,909 e a média das NUT em foco assume um índice de 0,907.

O valor máximo das 15 NUT toca à área da Grande Lisboa (0,934) e o mínimo à região da Cova da Beira (0,876).

O Cávado e o Ave conseguem assumir o valor de Portugal Continental enquanto o Minho-Lima queda-se pelo índice de 0,898.

Sintetizando as observações alcançadas quanto ao panorama actual (segundo dados de 1999, extraídos de C. Cónim) possibilitadas pelos diversos índices sectoriais e sintéticos, podemos afirmar:

- a existência de um conjunto reduzido de NUT III (Grande Lisboa, Grande Porto e Península de Setúbal) que reúnem os valores mais altos dos índices, estando subjacente um nível de desenvolvimento integrado elevado (que extravasa os sucessos alcançados na Economia para os sectores sociais);

- a persistência do grupo constituído pelas NUT Cávado, Ave e Minho-Lima em localizações vizinhas da média do conjunto observado, com tendência a apresentarem valores inferiores a essa fronteira;

- o registo das maiores disparidades, medidas pelo desvio-padrão, foram nos índices do Rendimento Ajustado (IRA) e do PIB (IPIB), situação indiciadora de grandes clivagens quanto ao perfil produtivo das regiões bem como quanto à distribuição do rendimento.

A TABELA 2 e os GRÁFICOS 1, 2 e 3 confirmam o disposto.

Tabela 2 - Índices Sintéticos em 1999

	IDH	IDES	IDS
PORTUGAL CONTINENTAL	0,905	0,798	0,909
Alentejo Central	0,877	0,747	0,881
Algarve	0,900	0,791	0,902
Ave	0,900	0,775	0,909
Baixo Mondego	0,906	0,789	0,914
Baixo Vouga	0,909	0,795	0,916
Cávado	0,897	0,763	0,909
Cova da Beira	0,871	0,737	0,876
Dão-Lafões	0,874	0,731	0,884
Entre Douro e Vouga	0,904	0,780	0,913
Minho-Lima	0,886	0,745	0,898
Península de Setúbal	0,918	0,796	0,931
Pinhal Litoral	0,906	0,790	0,913
Tâmega	0,875	0,724	0,892
Grande Porto	0,921	0,824	0,926
Grande Lisboa	0,938	0,908	0,934
MÉDIA AMOSTRAL (NUT III)	0,899	0,780	0,907
Desvio-Padrão Amostral (NUT III)	0,019	0,046	0,018

Legenda: IDH- Índice de Desenvolvimento Humano; IDES- Índice de Desenvolvimento Económico e Social; IDS- Índice de Desenvolvimento Social

Fonte: CÓNIM, C. (2002; p.80-87); cálculos do autor

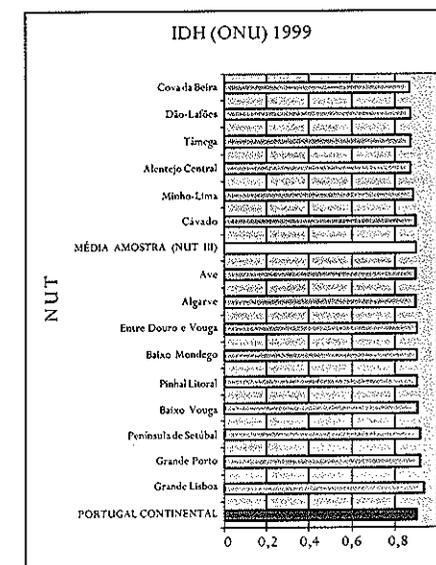


Gráfico 1 - Índice Desenvolvimento Humano, 1999.

Fonte: Cónim (2002); cálculos do autor.

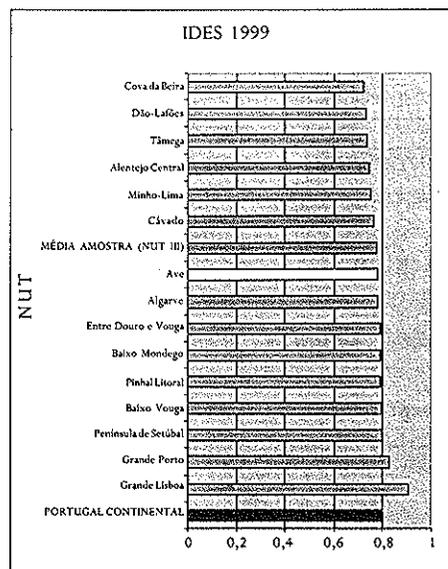


Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Económico e Social, 1999.
Fonte: Cónim (2002); cálculos do autor.

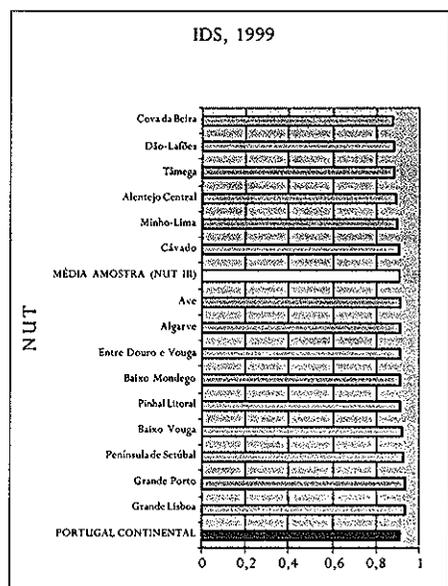


Gráfico 3 - Índice de Desenvolvimento Social, 1999.
Fonte: Cónim (2002); cálculos do autor.

4 EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES SINTÉTICOS ENTRE 1970-1999

O esforço das regiões baseado na oferta de um leque conciliado de condições sócio-económicas às populações que permita o alcance de patamares de desenvolvimento mais elevado é reflectido nos GRÁFICOS 4, 5, 6 e 7.

No GRÁFICO 4, constatamos a evolução de um dos Índices sintéticos apresentados (o IDH, segundo a proposta metodológica da ONU), utilizando, como padrão de comparação os valores, para cada NUT, assumidos no primeiro período estudado (1970).

Assim, em 1981, Portugal Continental já apresentava uma evolução da base 100, de 1970, para 116, melhorando sucessivamente, para 1991 e para 1999, assumindo, então, os valores comparativos de 125 e 129.

A evolução mais acentuada, neste índice, no período em questão, aconteceu na NUT Minho-Lima que, do valor-base em 1970 cresceu, sucessivamente, em 1981 para os 127, em 1991 para os 139 e em 1999 já assumia o valor de 144.

Pelo contrário, a Grande Lisboa, relativamente a 1970, apresentou a evolução menos significativa, elevando o valor inicial para os 106 de 1981, para os 109 de 1991 e para os 112 de 1999.

O Cávado e o Ave apresentaram crescimentos muito próximos do padrão seguido pelo Continente.

A diferenciação deste comportamento compreende-se pela maior visibilidade alcançada quanto aos projectos de desenvolvimento observados nas áreas cujos valores próprios do IDH, em 1970, eram menores (como o Minho-Lima ou o Tâmega), o que levava a crescimentos “relativamente” mais acentuados comparativamente às NUT cujos valores do IDH já então eram mais altos (como a Grande Lisboa, o Grande Porto ou a Península de Setúbal).

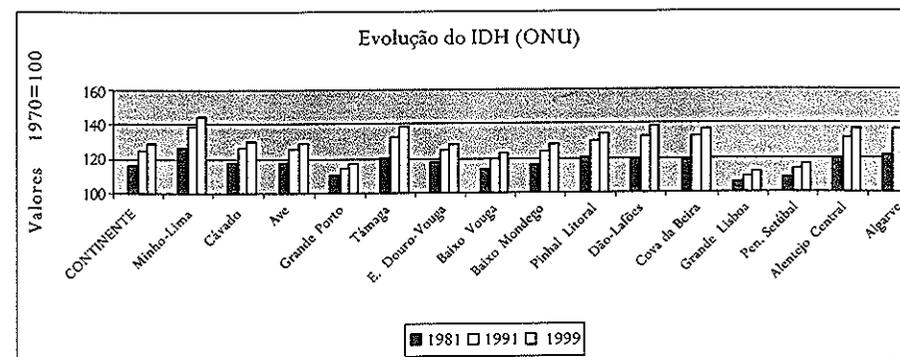


Gráfico 4 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (segundo proposta da ONU)

Fonte: Cónim (2002); cálculos do autor.

O GRÁFICO 5 sugere-nos as taxas de crescimento médio anual do IDH verificadas em 4 períodos (1970-1981, 1981-1991, 1991-1995 e 1995-1999) em 5 NUT do Continente (Cávado, Minho-Lima, Ave, Grande Porto e Grande Lisboa) representativas dos sub-conjuntos possíveis do agrupamento de 15 NUT tratado⁶.

Torna-se visível a convergência das taxas de crescimento médio anual do IDH num intervalo entre os 0,2% e os 0,6% para o último período, após momentos iniciais de ritmos de crescimento muito desiguais, onde o Minho-Lima, como anteriormente notado, era a NUT com maior crescimento deste índice e a Grande Lisboa a região com menores ritmos. No entanto, é de referir que o menor valor de crescimento no último período focado (1995-1999) é sustentado pelo Ave, com uma taxa de crescimento médio anual do IDH de 0,2%.

A NUT III Cávado, apesar de entre 1995-1999, ter crescido a uma taxa de crescimento médio anual de 0,31%, apresentou um comportamento próximo da NUT III Ave.

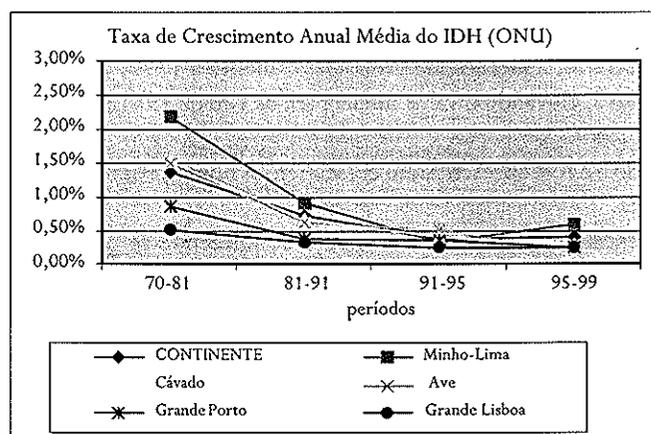


Gráfico 5 - Evolução da Taxa de Crescimento médio anual do IDH (ONU)

Fonte: Cónim (2002); cálculos do autor.

Restringindo-nos ao domínio do social, apreciaremos a evolução operada no Índice de Desenvolvimento Social (IDS) nos períodos em atenção, através de uma leitura reportada ao GRÁFICO 6.

É então visível que o Minho-Lima continua a ser a região com uma evolução mais acentuada (da base 100 de 1970 atingiu, em 1999, o valor 155), tendo agora a companhia das NUT Dão-Lafões e Tâmega, com, respectivamente, crescimentos, segundo valores de 1999, para os 154 e 148. A Grande Lisboa e o Grande Porto continuam, neste caso, a registar as menores evoluções, pelas razões acima indicadas.

⁶ A selecção foi realizada tendo por base os critérios de distância económica, através do recurso ao *software* de tratamento estatístico SPSS v. 10.0 para Windows.

Portugal Continental evoluiu para os 137, em 1999. O Cávado e o Ave (respectivamente, 135 e 137, no registo mais actual) mantêm uma correlação elevada com a tendência nacional.

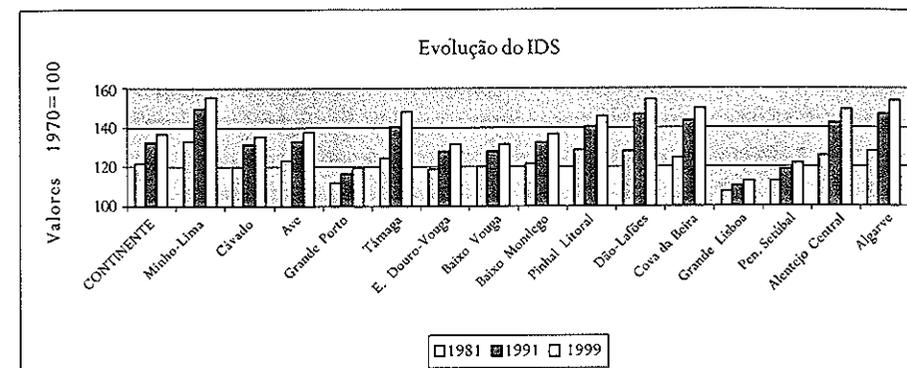


Gráfico 6 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Social (IDS)

Fonte: Cónim (2002); cálculos do autor.

Conclusões próximas das extraídas para o IDH, podem ser obtidas a partir da leitura do GRÁFICO 7, que apresenta as Taxas de Crescimento médio Anual do IDS.

Apesar dos valores para o Continente e para as NUT Ave, Minho-Lima, Cávado, Grande Porto e Grande Lisboa convergirem, no último período, para um intervalo situado entre os 0,65% (Minho-Lima) e os 0,17% (Ave), as taxas de crescimento médio anual deste índice principiaram por ser mais elevadas comparativamente às taxas de evolução do IDH. A principal razão desta discrepância, como já sugerido, identifica-se com a evolução menos positiva dos rendimentos ajustados, factor diferenciador entre o IDH (que o incorpora) e o IDS.

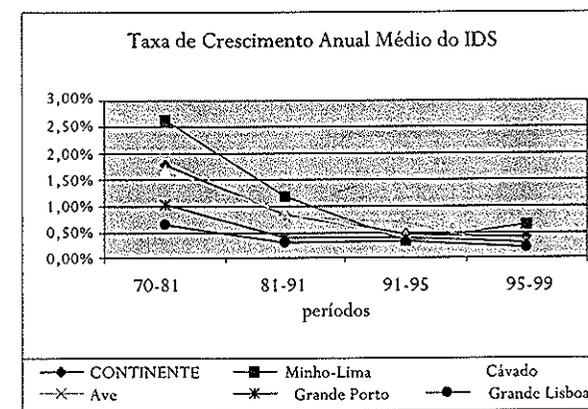


Gráfico 7 - Evolução da Taxa de Crescimento médio anual do IDS

Fonte: Cónim (2002); cálculos do autor.

Mas nem todos os índices evidenciam uma tendência convergente. Na realidade, como demonstrado no GRÁFICO 8, os desvios-padrão da generalidade dos indicadores têm diminuído ao longo dos últimos 30 anos, o que conjugado com as taxas de crescimento positivas dos índices nos permite reconhecer uma evolução favorável da realidade sócio-económica subjacente. Mas também premente é o comportamento do Índice do PIB que, tendo vindo a aumentar a medida de dispersão recorrida (o desvio-padrão), nos alerta para a necessidade de concepção de políticas alternativas que evitem o afastamento do desempenho do tecido produtivo nas regiões do nosso país. A evolução, sem tendência definida, do desvio-padrão do Índice de Rendimento Ajustado, merecemos, igualmente, preocupação, na medida em que, após um período de maior convergência, o índice viu aumentar o distanciamento inerente à distribuição dos rendimentos (avaliados segundo os critérios orientadores da ONU).

Notórias são as convergências operadas nos Índices de Longevidade e de Conforto.

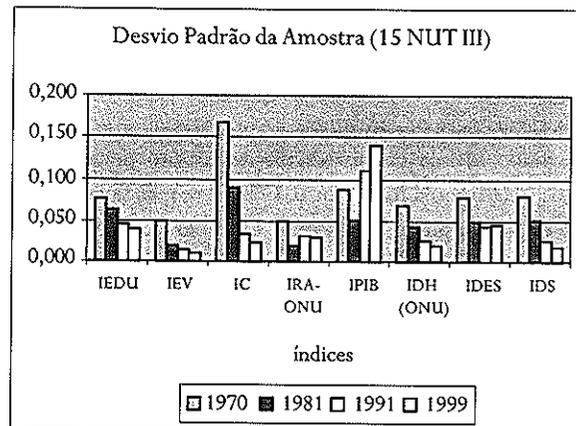


Gráfico 8 - Evolução dos desvios-padrão dos índices das 15 NUT III
Fonte: Cónim (2002); cálculos do autor.

Igualmente revelador da importância da distribuição dos rendimentos enquanto factor explicativo da disparidade verificada nas NUT estudadas, o GRÁFICO 9 permitir-nos-á ainda a assunção de outras conclusões.

A diferença do Índice de Rendimento Ajustado (componente do IDH) entre o Cávado e o Continente explica, em 1999, cerca de 69% da distância global entre o padrão desta NUT e o perfil nacional. Valores próximos são os do Minho-Lima (78%), Tâmega (71%) e Ave (55%). A própria NUT da Grande Lisboa, apesar de, ao contrário das anteriores, ter um IRA superior ao do Continente, reconhece que a diferença alcançada

por este índice explica 53% da distância total que ostenta face a Portugal⁷. No Grande Porto, é o bom desempenho alcançado pelo Índice de Educação que explica a maior parte (87%) das diferenças que mantém com a média de Portugal Continental. O Baixo Mondego é a NUT cuja quota de responsabilidade do Índice de Longevidade é maior no conjunto geográfico em análise (51%), algo que se passa com a NUT Península de Setúbal e o Índice de Conforto, que explica 45% do total de distância ao panorama do país.

Atendendo ao GRÁFICO 10, verificamos a persistência de grandes clivagens na evolução de dois índices (o IPIB e o IRA) que nos auxiliarão a melhor compreendermos os diferentes desempenhos das NUT face aos valores de referência do país.

Verificamos que a NUT da Grande Lisboa, apesar de manifestar valores próximos dos de Portugal Continental (referência 100) no Índice de Rendimento Ajustado, ostenta valores do Índice do PIB que, ao longo de 30 anos, têm quase sempre sido 75% mais altos que os referentes ao país.

No caso extremo, as NUT do Cávado, Ave e Minho apresentam evoluções do IPIB muito aquém do padrão continental (expressão de valores inferiores a 100), embora com tendência de aproximação quanto ao Índice de Rendimento Ajustado.

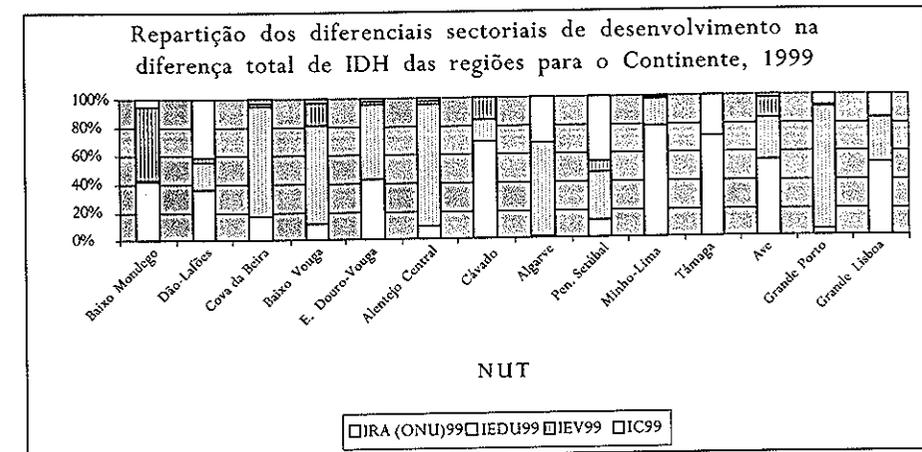


Gráfico 9 - Distribuição dos diferenciais de desenvolvimento por sector no conjunto total de Desenvolvimento Humano, entre as NUT e o Continente em 1999
Fonte: Cónim (2002); cálculos do autor.

⁷ A responsabilidade de cada índice sectorial *i* (IRA, IEDU, IEV, IC) relativamente à distância total, entre a região A e o valor do índice para o conjunto C é dada pela fórmula

$$\frac{(A_i - C_i)^2}{\sum_{i=IRA, IEDU, IEV, IC} (A_i - C_i)^2}$$

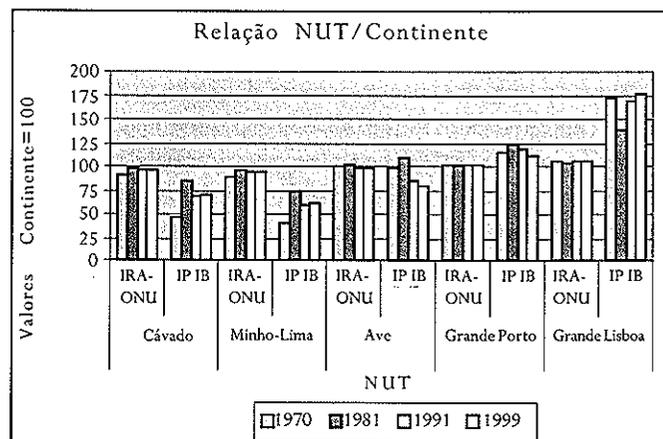


Gráfico 10 - Evolução da Relação entre o IRA(ONU) e o IPIB das NUT com o Continente, 1970-1999

Fonte: Cónim (2002); cálculos do autor.

Condensando a informação possibilitada, podemos resumir as principais conclusões nos seguintes pontos:

- o Minho-Lima teve uma evolução francamente notória em índices sintéticos como o IDH ou o IDS, com taxas de crescimento médio anual elevadas ao padrão nacional, no período compreendido entre 1970-1999;

- em contrapartida, NUT como Grande Lisboa ou o Grande Porto, atingidos que estavam certos patamares de desenvolvimento já em décadas anteriores evidenciaram as menores *performances* no intervalo considerado;

- a região do Cávado apresentou, igualmente, evolução positiva nos últimos 30 anos, com um desempenho que seguia a tendência nacional, acompanhada pela área vizinha do Ave; no entanto, o Ave, no último lustro (1995-1999) tem manifestado uma tendência desaceleradora muito forte, o que poderá implicar um progressivo afastamento do perfil nacional e da região envolvente;

- apesar do esforço de convergência estar patente em diversos índices subjacentes a realidades como a Educação, a Longevidade e o Conforto, os índices de especificidade económica assumem medidas de dispersão que não têm vindo a diminuir, indiciando a presença de clivagens internas (tanto relativas à distribuição de rendimentos como ao perfil produtivo das regiões) que podem comprometer os propósitos integrados de desenvolvimento;

- será aliás devido aos diferenciais de rendimento e de produtividade que, em maior percentagem, encontramos explicações principais das grandes diferenças entre as NUT, entre si, e entre estas e o Continente;

- por último, existem sinais evidentes de afastamentos de certas regiões (ao

contrário de uma certa e previsível convergência) quando avaliamos, ao longo de vários períodos, a relação entre valores de referência (os nacionais) e os relativos às áreas em estudo, no Índice do PIB.

5 CONCLUSÃO

Recorrendo às deduções intercalares apresentadas ao longo do trabalho, verificamos que a realidade regional portuguesa ostenta um movimento de aproximação dos espaços, no geral, através de uma menor disparidade dos valores referentes aos vários domínios interpretados.

No entanto, esse esforço não tem sido uniformemente atingido quando nos debruçamos sobre as distintas realidades. Em áreas como a Educação, a Longevidade ou o Conforto são visíveis as convergências entre as regiões. No entanto, os valores referentes ao perfil produtivo das NUT ou à distribuição do rendimento, não só não revelam aproximação entre os espaços, como sugerem, nos movimentos mais recentes, um afastamento das áreas conectadas com as zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto do conjunto restante, fenómeno que pode, seriamente, espartilhar a realidade do País num dualismo sem retorno, na medida em que desprovido de espaços que possam harmonizar as áreas com os indicadores mais favoráveis com as regiões contempladas com os valores mais modestos.

Aspectos igualmente prementes são o afastamento de algumas das taxas de crescimento dos índices relativas a determinadas NUT (como o Ave, por exemplo) das taxas de crescimento do conjunto. Esta observação sugere-nos, alternativamente, a necessidade de, em permanência, monitorizar os diversos desenvolvimentos atingidos nos espaços, debaixo de um sentido crítico. De facto, o registo postula-nos que as condições sócio-económicas das populações devem ser alvo de processos que confirmem consistência aos propósitos de Desenvolvimento, evitando a ilusão de que atingidos que são certos patamares, logo as regiões criam sustentabilidade dos propósitos de progresso sócio-económico.

Finalmente, um apontamento sobre o factor preponderante pelas distinções internas da amostra. Esse factor identifica-se com as disparidades da distribuição, entre as regiões, do Rendimento. Apesar, pois, da aproximação dos outros índices, os valores derivados da repartição do Rendimento obrigam-nos a reconhecer a necessidade de alternativas de política regional, em Portugal, que evitem o agravamento desta separação dos espaços numa dimensão tão premente.

REFERÊNCIA

- ANAND, S.; AMARTYA, S. "Human Development Index: Methodology and Measurement" *Occasional Paper 12*. United Nations Development Programme, *Human Development Report Office*, New York, 1994.
- _____; "Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement" *Occasional Paper 19*. United Nations Development Programme, *Human Development Report Office*, New York, 1995.
- _____; "Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective" in United Nations Development Programme, *Human Development Report 1997 Papers: Poverty and Human Development*. New York, 1997.
- BARDHAN, K.; STEPHEN, K. "UNDP's Gender-Related Indices: A Critical Review" *World Development* 27(6), New York, 1999.
- CHERNEW, M.; GOWRISANKARAN, G.; SCANLON, D. "Learning and the value of information: the case of health plan report cards"; *NBER Working Papers*, WP 8589; Nov. 2001
- CABRAL, D.; MAGALHÃES, R.; RAMOS, L.; MOURÃO, P. "1º Relatório Intercalar do Observatório da Competitividade e Qualidade de Vida do Vale do Cávado"; NIPE/ADRVC; Braga, 2002.
- GERAATS, Petra "Why adopt transparency? The Publication of Central Bank Forecasts"; *working paper ECB* n° 41, 2001.
- GOLDSCHMIDT-CLERMONT, L.; PAGNOSSIN, E. A. "Measures of Unrecorded Economic Activities in Fourteen Countries" Background paper for *Human Development Report 1995*. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York, 1995.
- HARVEY, Andrew S. "Market and Non-Market Productive Activity in Less Developed and Developing Countries: Lessons from Time Use" Background paper for *Human Development Report 1995*. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York, 1995.
- PNUD; "Relatório do Desenvolvimento - *Aprofundar a democracia num mundo fragmentado*"; retirado de <http://www.undp.org.br/>; p. 34, 2002.
- SVENSSON, L.; WOODFORD, M. "Indicator variables for optimal policy under asymmetric information"; *NBER Working Papers*, WP 8255, 2001.

ANEXO

NOTA SOBRE A METODOLOGIA DO CÁLCULO DOS ÍNDICES

I – Cálculo do IEV, IEDU, IC, IRA, IPIB, IDH, IDES e IDS

Os índices sectoriais e sintéticos de desenvolvimento, extraídos do trabalho de Custódio Cónim, observaram o seguinte procedimento de cálculo:

IEV Índice de Longevidade

Representado pela esperança de vida à nascença, em ambos os sexos. A esperança de vida é calculada a partir das taxas de mortalidade infantil (1996-1999), representando a entrada para a construção das tábuas tipo de Sully Lederman (entrada 100). Os valores máximos e mínimos da esperança de vida à nascença são os utilizados pelo PNUD (Máximo: 85 anos e Mínimo-25 anos de idade).

IEDU Índice de Educação

Representa a relação entre a população que sabe ler e escrever com 15 e mais anos de idade e a população total do mesmo grupo etário (em ambos os sexos, expressa em %).

Valores projectados com base nos dados censitários de 1981 e 1991.

IC Índice de Conforto

Traduz a média aritmética da população que tem água canalizada, energia eléctrica e instalações sanitárias. Valores projectados com base nos dados censitários de 1981 e 1991.

IRA Índice do Rendimento Ajustado (PIB-ONU)

Nesta componente reside a única alteração metodológica. A nível mundial, os valores máximos e mínimos do PIB real «per capita» em paridades de Poder de Compra para 1999 foram os seguintes:

Máximo – 40,000 US\$ em ppc e o Mínimo – 100 US\$, ppc.

IPIB Índice de PIB

Para Portugal, os valores máximos e mínimos do PIB real «per capita» referentes ao conjunto dos concelhos de Portugal, estimados para 1999 são os seguintes:

Máximo – 3097 US\$ no concelho de Lisboa.

Considerando os índices sectoriais que entram na composição final dos vários índices de desenvolvimento, teremos as seguintes relações básicas:

Os índices propriamente ditos foram calculados a partir da seguinte relação:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Valor}_{\text{observado}} - \text{Valor}_{\text{mínimo}}}{\text{Valor}_{\text{máximo}} - \text{Valor}_{\text{mínimo}}}$$

Naturalmente para um valor máximo igual a 100% e com um mínimo igual a 0, o índice correspondente virá naturalmente igual à unidade.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

$$IDH = \frac{1}{4}(I_{EDU} + I_{EVI} + I_{CS} + I_{IRA})$$

sendo:

I_{EDU} = Índice da Educação

I_{EVI} = Índice da Esperança de Vida Média

I_{IC} = Índice de Conforto

I_{IRA} = Índice do Rendimento Ajustado (PIB-ONU)

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

Em relação ao IDH anteriormente referido a principal alteração prende-se com o processo de ponderação do Produto Interno Bruto - PIB.

$$IDES = \frac{1}{4}(I_{EDU} + I_{EVI} + I_{CS} + I_{PIB})$$

sendo

I_{PIB} = Índice do PIB

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No Índice de Desenvolvimento Social agrupa as três componentes relacionadas com a educação, a longevidade e o conforto da população.

$$IDS = \frac{1}{3}(I_{EDU} + I_{EVI} + I_{CS})$$

II - O cálculo do Índice de Desenvolvimento Social (IDS), da Lei das Finanças Locais (segundo Anexo da Lei nº 42/98 de 6 de Agosto)⁸

1 - São componentes do IDS os seguintes índices:

A) Esperança de vida à nascença;

B) Nível educacional;

C) Conforto e saneamento.

Com um peso idêntico, de acordo com a seguinte fórmula:

$$IDS = (e(\text{índice } (0)) + I(\text{índice } (e)) + I(\text{índice } (cs)))/3$$

sendo:

$e(\text{índice } (0))$ = índice de esperança de vida à nascença;

$I(\text{índice } (e))$ = índice do nível educacional;

$I(\text{índice } (cs))$ = índice de conforto e saneamento.

2 - Fórmula do índice de esperança de vida à nascença ($e(\text{índice } (0))$):

$$e(\text{índice } (0)) = 0,5 + [2,51(\text{índice } 1), + 4,51(\text{índice } 5), + 5 (1(\text{índice } 10) + 1(\text{índice } 15) + 1(\text{índice } 20) + \dots + 1(\text{índice } x))]/1(\text{índice } 0)$$

sendo:

$1(\text{índice } x)$ = número de sobreviventes da tábua de mortalidade.

3 - Fórmula de índice do nível educacional ($I(\text{índice } (e))$):

$$I(\text{índice } (e)) = P(\text{índice } e) (15 e + \text{anos})/P(\text{índice } t) (15 e + \text{anos}) \times 100$$

sendo:

$P(\text{índice } e) (15 e + \text{anos})$ = população de 15 e mais anos de idade, sabendo ler e escrever;

$P(\text{índice } t) (15 e + \text{anos})$ = população total de 15 e mais anos de idade.

⁸ Fonte: <http://www.adminilegis.com>

4 - Fórmula do índice de conforto e saneamento (I(índice (cs))):

$$I(\text{índice cs}) = (I(\text{índice E}) + I(\text{índice OH(índice 2)}) + I(\text{índice AS}))/3 \times 100$$

em que:

I(índice E) = índice de existências de electricidade nas unidades de alojamento (UA), obtido de acordo com a seguinte fórmula:

$$I(\text{índice E}) = P(\text{índice E})/P(\text{índice t}) \times 100, \text{ sendo:}$$

P(índice E) = população residente nas famílias que possuem energia eléctrica na UA;

$$P(\text{índice t}) = \text{população residente de ambos os sexos;}$$

$$I(\text{índice OH(índice 2)}) = \text{índice de existências de água canalizada na UA}$$

obtido de acordo com a seguinte fórmula:

$$I(\text{índice OH(índice 2)}) = P(\text{índice OH(índice 2)})/P(\text{índice t}) \times 100$$

sendo:

P(índice OH(índice 2)) = população residente com água canalizada na UA, proveniente de um sistema de canalização pública ou particular;

$$I(\text{índice SA}) = \text{índice de existência de saneamento básico na UA}$$

obtido de acordo com a seguinte fórmula:

$$I(\text{índice SA}) = P(\text{índice SA})/P(\text{índice t}) \times 100$$

sendo:

P(índice SA) = população residente com instalações sanitárias com retrete (privativa ou não privativa) ligada a um qualquer tipo de sistema público de drenagem de águas residuais, particular ou outro tipo de saneamento.

Os valores do IDS segundo proposta acima foram publicados em Diário da República, através da Portaria n° 995/98 de 25 de Novembro, confirmados também pelo 'site' da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), em <http://www.anmp.pt/>. Os referentes ao conjunto das 15 NUT em atenção especial neste trabalho constam da tabela seguinte (TABELA A1), mantendo um coeficiente de correlação de 0,91 com os propostos por C. Cónim para 1999, como se depreende do gráfico abaixo (GRÁFICO A1).

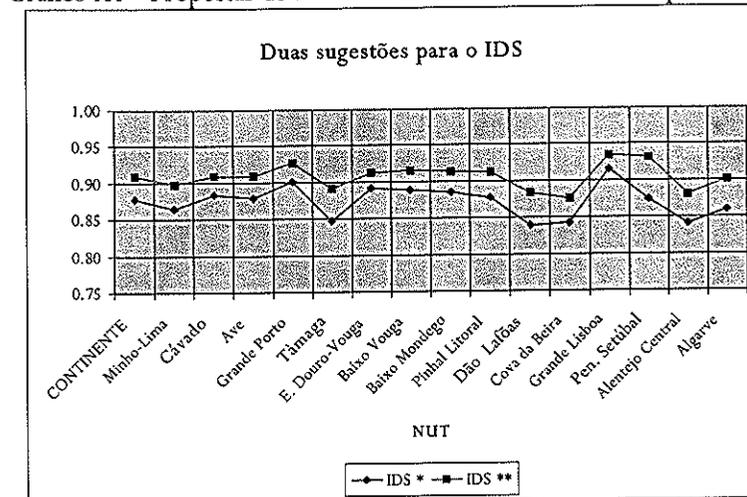
TABELA A1- Propostas do Índice de Desenvolvimento Social para 1999

	IDS *	IDS **
CONTINENTE	0,878	0,910
Minho-Lima	0,864	0,898
Cávado	0,883	0,909
Ave	0,879	0,909
Grande Porto	0,901	0,926
Tâmega	0,847	0,892
E. Douro-Vouga	0,891	0,913
Baixo Vouga	0,889	0,916
Baixo Mondego	0,885	0,914
Pinhal Litoral	0,878	0,913
Dão Lafões	0,839	0,884
Cova da Beira	0,843	0,876
Grande Lisboa	0,916	0,934
Pen. Setúbal	0,875	0,931
Alentejo Central	0,841	0,881
Algarve	0,860	0,902

Fonte: IDS*: Portaria n° 995/98 de 25 de Novembro

IDS **: Cónim (2002)

Gráfico A1 - Propostas do Índice de Desenvolvimento Social para 1999



Fonte: IDS*: Portaria n° 995/98 de 25 de Novembro

IDS **: Cónim (2002)

Recebido para publicação em 15/06/04

Aceito para publicação em 06/12/04